

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para substituição de hidrômetros de diâmetros 1/2" (meia polegada) e 3/4" (três quartos de polegada), na troca por hidrômetros novos, incluindo instalação de lacres, de encaixe ou de cabo de aço.

1.1.1. Sempre que necessário, para a mesma troca, executar substituição de tubetes e registros (antigos) existentes adjuntos aos hidrômetros, por tubetes de tamanhos diferentes e registros, e quaisquer outros serviços complementares essenciais à execução do serviço.

2. JUSTIFICATIVAS

2.1. Conforme Regulamentação Metrológica do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, Portaria nº 246/2000, Regulamento Técnico Metrológico, item de nº 8, Verificações Periódicas e Eventuais: **"As verificações periódicas são efetuadas nos hidrômetros em uso, em intervalos estabelecidos pelo INMETRO, não superiores a cinco anos"**.

2.2. Justifica-se, ainda, pelo fato de que o número total de hidrômetros, com necessidade de substituição em função das diretrizes anteriormente expostas, sofre influência sazonal ao longo dos anos em função da frequência e quantidade de trocas realizadas no passado, e ainda da dinâmica do sistema de abastecimento que pode por vezes antecipar a necessidade de substituição. Desta forma o número de funcionários próprios para atender tais demandas não pode ser dimensionado pela necessidade de pico, sob pena desta mão de obra ficar ociosa em determinados períodos. Assim, o presente serviço visa garantir a substituição do número necessário de hidrômetros em período temporário e determinado para atendimento às normativas do INMETRO quanto à qualidade da medição.

2.3. Trata-se de Serviço Comum de Engenharia, cujo padrão de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pela administração, mediante especificações usuais do mercado, enquadrando-se no art. 3º, inciso VIII do Decreto nº 10.024/19 e art. 3º inciso VIII do Decreto Municipal nº 13.892/20.

2.4. Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” neste certame.

3. RECURSOS FINANCEIROS

3.1. Os recursos financeiros necessários aos pagamentos do objeto desta licitação são oriundos da CESAMA.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1. O serviço contratado consiste na troca dos hidrômetros em uso, com tempo de vida útil acima de 5 anos, por hidrômetros novos. Serão instalados em todos os bairros da cidade de Juiz de Fora, inclusive distritos da mesma, utilizando-se de rotas pré-estabelecidas pela CESAMA para execução dos trabalhos.

4.2. A empresa contratada deverá possuir sede e/ou filial na cidade de Juiz de Fora com acessibilidade para veículos de transporte de carga, tendo em vista a necessidade recorrente do transporte de equipamentos pesados e/ou volumosos, nos trajetos Sede da Empresa / campo / CESAMA, de forma alternada.

4.3. O dimensionamento das equipes de substituição será responsabilidade da CONTRATADA, sendo que os funcionários deverão ser

aptos a manusear Tablets, através de digitação de dados no aplicativo apropriado, instalado pela CESAMA.

4.4. Incluem-se nos serviços todos os reparos necessários que tenham sido ocasionados pela substituição dos hidrômetros e/ou registros, para a volta da normalidade do abastecimento.

4.5. Em cada rota de trabalho, poderão ser realizadas pela CESAMA inspeções aleatórias nos serviços executados, podendo, a seu critério, quando da observação de alguma irregularidade, vetar a medição do serviço até que a Contratada efetue a correção das irregularidades apontadas.

4.6. Os hidrômetros antigos, tubetes e os registros substituídos deverão ser devolvidos à CESAMA, no Departamento de Medição e Cadastro Técnico, situada à Rua Monsenhor Gustavo Freire, 75, bairro São Mateus em Juiz de Fora. Será emitido um recibo do número de peças entregues, sendo verificado posteriormente se o nº do hidrômetro removido confere com o número do hidrômetro listado na rota de trabalho. A não entrega de qualquer peça substituída, acarretará à Contratada um ônus igual ao valor unitário pago pela CESAMA na aquisição mais recente de peças similares.

4.7. A CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CESAMA (RILC) e item 10 do presente termo de referência, caso esta ou seus prepostos não atendam às necessidades da CESAMA ou apresentem atitudes incompatíveis com o Código de Ética da Cesama.

4.8. Todo o equipamento necessário para a execução dos serviços e para o transporte de seus funcionários se dá por conta da Contratada.

4.9. A instalação de um hidrômetro com sentido invertido do fluxo, acarretará à Contratada um ônus igual ao valor unitário contratado para a substituição dessa peça, não eximindo-o da correção da instalação. A reincidência será considerada falta grave, podendo ser aplicadas as condições especificadas nos itens 4.7 e 10 deste termo de referência, bem como as sanções previstas no RICL.

4.10. Os serviços de substituições serão executados com o ramal de ligação em carga.

4.11. Após a instalação do novo hidrômetro, deverá ser instalado o lacre de encaixe, ou de cabo de aço com selo numérico, sobrepondo a entrada e a saída do hidrômetro, conforme instrução da CESAMA. Os lacres serão fornecidos pela CESAMA, devendo o custo da instalação estar diluído nos itens constantes da planilha de custos.

4.12. A contratada será responsável pela troca de registros defeituosos durante a substituição de hidrômetros, sem para tal fazer jus a pagamentos complementares;

4.13. Os serviços complementares para a execução do serviço de substituição de hidrômetros, e sua frequência, como trocas de tubetes, rearranjo de conexões, readequação de espaço na caixa padrão para acomodar a troca de hidrômetros menores por maiores, e vice versa (ex: substituição de HD115mm por HD165mm), incertezas da possibilidade de danos a terceiros, e todos os demais serviços complementares essenciais para que se atinja o objetivo da substituição devem ser avaliados previamente pelo licitante e terem seu preço considerado na composição dos custos, não sendo objeto de pagamento à parte.

4.14. A preferência da CESAMA é a utilização de HD165mm (tipo longo) nas substituições, e tal propósito deve ser conhecido pela Contratada e respectiva equipe desde o início do contrato, não sendo aceitas argumentações posteriores.

4.15. Os serviços complementares, quando necessários, conforme mencionado no item anterior são partes integrantes do serviço de substituição de hidrômetros, não havendo possibilidade de aceitação, por parte da CESAMA, de reivindicações posteriores quanto a atividades extras e/ou dificultosas, e custos não previstos e/ou excessivos, ou outras alegações.

4.16. Os serviços de substituição de hidrômetros abrangem toda a cidade de Juiz de Fora, indistintamente, centro, bairro, distritos, e todas as demais áreas constituintes do município, sendo que a determinação das áreas para substituição é prerrogativa única e exclusiva da CESAMA, não sendo aceitas interferências da Contratada, sob alegação de maiores dificuldades de acesso a determinadas áreas, ou quaisquer outras alegações nesse sentido.

4.17. A CESAMA, exceto em possíveis situações muito esporádicas e particulares, não fornecerá mapas para a localização dos endereços de substituição. Tal obrigação de localização dos pontos ficará por conta da Contratada.

4.18. Além das obrigações legais citadas no item 7, subitens 7.1 a 7.20.44, a empresa deverá zelar pelo cumprimento de responsabilidades técnicas constante nos subitens de 4.18, a citar:

4.18.1. Comprometer-se a disponibilizar supervisor, responsável por receber as demandas de serviços a serem realizados pela equipe de campo, programar suas atividades e retornar com as ordens de serviço devidamente realizadas para serem atestadas pela fiscalização do DEMC. Esse supervisor deverá estar disponível, ainda que através de contato telefônico, para eventual acionamento da equipe em caso de emergências mesmo no caso de sábados, domingos e feriados;

4.18.2. Comprometer-se a ter telefones fixos e móveis para comunicação ágil e disponibilizar pessoal necessário para, caso haja necessidade, atender a CESAMA durante todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados.

4.18.3. Quando da apresentação da fatura para recebimento dos serviços executados, informar e descrever todos os itens e procedimentos utilizados em concordância com o presente Termo de Referência.

4.18.4. Possuir sede e/ou filial na cidade de Juiz de Fora, local em que deverão ficar todos os equipamentos, ferramentas, veículos e funcionários, considerando a necessidade de atuação rápida nos casos de rotina e emergência. Tal necessidade justifica-se pela maior agilidade pretendida nos serviços e resoluções, tanto nas questões técnico-operacionais, quanto nas burocráticas, e de logística.

4.19. Os veículos da Contratada também deverão atender a requisitos mínimos de aceitabilidade, a citar:

4.19.1. Manter veículos à disposição de seus funcionários, em condições de transportar equipamentos e ferramentas necessárias para execução dos serviços, inclusive o transporte de pessoal, devendo esses veículos ter, no máximo, 05 (cinco) anos de fabricação. A qualquer tempo e sem qualquer prévia comunicação a CESAMA se reserva o direito de vistoriar os veículos da Contratada. Fica a cargo desta, no caso de algum acidente, defeito ou qualquer impossibilidade do uso do veículo, substituí-lo imediatamente, estando sujeita, caso não atenda, às penalidades previstas neste termo de referência.

4.19.2. Utilizar veículos "segurados", de tal forma que cubra, no mínimo, danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, devendo a CESAMA receber da Contratada cópias autenticadas das apólices de seguro.

4.19.3. Nos sinistros ocorridos, será de total responsabilidade da Contratada o pagamento de danos materiais, morais e corporais, inclusive de terceiros.

4.19.4. Providenciar, quando do vencimento, a renovação do seguro sob pena de arcar com todos os custos de qualquer sinistro, além de não receber o valor dos dias em que o veículo permanecer parado por falta de providências, incorrendo ainda em multa prevista no Edital.

4.19.5. Fornecer, sempre no prazo legal, à Gerência Técnica da CESAMA, a documentação relativa ao licenciamento dos veículos, quando esse forem renovados, sob pena do não recebimento dos dias em que o veículo estiver parado por falta de providência, incorrendo ainda em multa prevista no Edital.

4.19.6. Providenciar adesivo (fixo ou ímã) de acordo com o modelo fornecido pela CESAMA e deverá ser colocado nas portas dianteiras dos veículos, em caso de automóveis, e nos baús de transporte, em caso de motocicletas, com os seguintes dizeres: “A SERVIÇO DA CESAMA”.

4.19.7. Caso o veículo a serviço da CESAMA, pertencente à Contratada, seja utilizado para serviços particulares da mesma ou por uso indevido de seus colaboradores, não poderá portar os adesivos especificados no item 4.19.6.

4.19.8. Em casos de multas de trânsito aplicadas ao veículo, estas serão de total responsabilidade da Contratada e estarão vinculadas aos respectivos motoristas.

4.20. A Contratada deverá fornecer uniforme a toda à equipe, que deverá mantê-lo sempre limpo, conservado, sem remendos e terá gravado a sigla e o nome da Contratada, bem como os dizeres “A SERVIÇO DA CESAMA”. Deverá compor o uniforme: calça, camisa e capa de chuva.

4.20.1. Caso a Contratada faça uso de motorista para a condução do veículo, este também deverá estar identificado com uniforme e crachá fornecido pela Contratada igual aos funcionários da equipe.

4.21. A Contratada deverá fornecer os equipamentos de proteção individual (EPI) que forem exigidos pela CESAMA, aos seus funcionários, obrigando-se a fiscalizar a utilização de tais equipamentos pelos mesmos.

4.22. Todos os equipamentos utilizados para os serviços e ferramentas utilizadas, assim como o custo de aquisição e guarda, dar-se-ão por conta da Contratada.

4.23. Todos os funcionários deverão possuir treinamentos continuados conforme normas do Ministério do Trabalho – MTE, tais como NR-10, NR-12, NR-33 e NR-35.

4.24. A Contratada deverá dar destinação final aos resíduos gerados nos serviços de manutenção realizados para a CESAMA, atendendo aos dispositivos legais vigentes quanto à legislação ambiental.

4.25. A Contratada deverá dispor de motocicletas adaptadas para transporte de hidrômetros, com motor de, no mínimo, 125 cilindradas, para cada equipe que realizar as atividades de substituição de hidrômetros.

4.25.1. Os funcionários da contratada deverão dispor de habilitação para condução das motocicletas, sendo que toda penalização aplicada por descumprimento do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) vigente serão de responsabilidade da contratada.

5. VALORES MÁXIMOS ACEITÁVEIS

5.1. A estimativa do valor do objeto da contratação de serviços foi realizada a partir do critério de composição de custo unitário, utilizando-se a tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) e o Banco de Preço de Serviços da COPASA-MG, para obter o valor por empreitada por preço unitário, em conformidade com o Art. 20 do RILC de 2022, que satisfaz os Art. 42 e 43 da Lei Federal nº 13.303/2016.

5.2. A utilização da base de preço SINAPI satisfaz o Art. 21 do RILC/2022 e o Art. 31, § 2º da Lei Federal nº 13.303/2016, enquanto a utilização do Banco de preço de Serviços da COPASA-MG satisfaz o Art. 21 do RILC/2022 e Art. 31, § 3º da Lei Federal nº 13.303/2016. Tem-se, , portanto, o indicador técnico utilizado.

5.3. Para ambas as referências de preços utilizadas, tem-se como período base o mês de janeiro/2023;

5.3.1. Adotou-se para a tabela SINAPI a localidade estadual de Minas Gerais;

5.4. O valor unitário obtido segue conforme a Tabela 1:


Tabela 1. Custos unitários de uma substituição

Item	Descrição dos itens	Valores (R\$)	Estimativa Anual	Estimativa do Valor Anual (R\$)	Estimativa Mensal	Estimativa do Valor Mensal (R\$)
01	Hidrômetros	17,73 / serviço	57000	1.010.610,00	4750	84.217,50

5.5. O valor global estimado para o cumprimento do contrato de 12 (doze) meses é de R\$ 1.010.610,00 (um milhão, dez mil e seiscentos e dez reais).

5.6. A planilha orçamentária utilizada na obtenção do preço unitário é vista na Tabela 2:

Tabela 2. Planilha orçamentária para obtenção de preços unitários


ORÇAMENTO / PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS									
SERVIÇO: SUBSTITUIÇÃO DE HIDRÔMETROS					REF: 01/2023				
					ONERADO				
ITEM	SERVIÇOS	ORIGEM	CÓD. ORIGEM	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO SEM BDI	PREÇO COM BDI	VALOR TOTAL SEM BDI	VALOR TOTAL COM BDI
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE SERVIÇOS							73.530,00	91.200,00
1.1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE SERVIÇOS	CPU-01	CESAMA	UN.	57.000,00	1,29	1,60	73.530,00	91.200,00
2	SUBSTITUIÇÃO DE HIDRÔMETROS							739.290,00	919.410,00
2.1	INSTALAÇÃO OU RETIRADA DE HIDRÔMETROS DE 1,5 A 5,0M3/H	CPU-02	65000506	UN.	57.000,00	12,97	16,13	739.290,00	919.410,00
TOTAL GERAL								812.820,00	1.010.610,00

5.6.1. A composição unitária de preço dos itens 1.1 e 2.1 da Tabela 2 pode ser vista, respectivamente, na Tabela 3 e Tabela 4:

Tabela 3. Memória de Cálculo CPU-01

CPU1 - MEMÓRIA DE CÁLCULO - ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE SERVIÇOS)									
OBRA: SUBSTITUIÇÃO DE HIDRÔMETROS				DATA BASES DOS PREÇOS SINAPI: jan-23 COPASA: jan-23		MODALIDADE DOS PREÇOS NÃO DESONERADO		INFORMAÇÕES GERAIS PRAZO DA OBRA: 12 Meses VALOR DO ORÇAMENTO DE SERVIÇO SEM BDI: R\$ 739.290,00	
ITEM	CÓDIGO	FONTE ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	UND.	PREÇO UNIT. SEM BDI	QUANT.	TOTAL	PREÇO DA OBRA (MÊS)	MEMÓRIA DE CÁLCULO
1			ADMINISTRAÇÃO LOCAL	VB			R\$ 6.105,50		R\$ 73.266,00
1.1	100534	SINAPI	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	6.105,50	1,00	R\$ 6.105,50	12,00	R\$ 73.266,00
ESTIMATIVA DE TROCAS ANUAIS (UNIDADES)								57.000	
CUSTO UNITÁRIO POR HIDRÔMETRO								R\$ 1,29	
VALOR DO ORÇAMENTO SEM ADMINISTRAÇÃO LOCAL								R\$ 739.290,00	
% DE ADM LOCAL								9,91%	
PERCENTUAL DENTRO DO LIMITE DO TCU DE (10,89%)									
NOTA:									
1) Encargado de Obra: Considerado 1 encarregado por mês									
2) Estimativa de 4750 trocas mensais									
3) Horas de encarregado por troca de hidrômetro = custo mensal do encarregado / 4750 unidades									

Tabela 4. Memória de Cálculo CPU-02

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS									
SERVIÇO: SUBSTITUIÇÃO DE HIDRÔMETROS					REF: 01/2023				
ITEM	SERVIÇOS	ORIGEM	CÓD. ORIGEM	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO SEM BDI	VALOR TOTAL SEM BDI		
1	INSTALAÇÃO OU RETIRADA DE HIDRÔMETROS DE 1,5 A 5,0M3/H	COPASA	65000506						
1.1	MOTOCICLETA - MOTOR A GASOLINA 125 CV (EXCLUSIVE CONDUTOR)	COPASA	65000992	MÊS	0,00	323,40	0,81		
1.2	MOTOCICLETA - MOTOR A GASOLINA 125 CV (EXCLUSIVE CONDUTOR) - KM	COPASA	65000993	KM	2,50	0,24	0,60		
1.3	OFICIAL EXCLUSIVO, INCLUSIVE ENCARGOS COMPLEMENTARES	COPASA	35001105	H	0,44	23,19	10,20		
1.4	PERICULOSIDADE - CONDUTOR	COPASA	35001256	H	0,44	1,78	0,78		
1.5	EPI - FAMÍLIA ENCANADOR	SINAPI	43485	H	0,44	1,01	0,44		
1.6	FERRAMENTAS - FAMÍLIA ENCANADOR	SINAPI	43461	H	0,44	0,32	0,14		
TOTAL GERAL							12,97		

5.7. Para a composição dos Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) empregados, cumpre-se o disposto no art. 9º do Decreto nº 7.983/2013, tendo-se valor resultante de 24,39%, conforme os percentuais dispostos na Tabela 5, em consonância com o Acórdão 2.622/2014 - TCU Plenário (TC 036.076/2011-2):

Tabela 5. Composição de BDI conforme Acórdão 2.622/2014

COMPOSIÇÃO DO BDI 1		
SIGLA	DISCRIMINAÇÃO DAS PARCELAS	BDI - SEM DESONERAÇÃO
AC	Administração Central	4,93%
SG	Seguro e Garantia	0,49%
R	Risco	1,00%
DF	Despesas Financeiras	0,99%
L	Lucro	8,04%
CP	COFINS	3,00%
	PIS	0,65%
ISS	Tributos (ISS)	3,00%
CPRB	Tributos (0% ou 4,5% - Desoneração)	
TOTAL BDI		24,39%

5.8. Considerando a natureza dos serviços, as previsões poderão oscilar mensalmente para mais ou para menos. A CESAMA não garantirá realizações mensais mínimas.

5.9. No valor global estão inclusos todos os custos, encargos e incidências, diretos ou indiretos, as demais despesas diretas e indiretas que recaiam sobre a prestação dos serviços, bem como o cumprimento à legislação previdenciária vigente.

5.10. No valor global também estão inclusos todos os custos com o uso de equipamentos e ferramentas, despesas operacionais, deslocamento do veículo, abastecimento com combustível, lavagem, lubrificação, troca de óleo, pneus, manutenção elétrica e mecânica, multas, seguro, licenças e documentações necessárias para a livre circulação do veículo, tendo-se estas custas sob responsabilidade da CONTRATADA.

5.11. Tal como indicado no Banco de Preço de Serviços da COPASA, o serviço de substituição de hidrômetros de vazão máxima de 1,5 m³/h a 5 m³/h compreende, em sua composição de custo unitário, os seguintes itens:

- a) carga, transporte das peças até o local de instalação, descarga, identificação junto ao cliente, retirada do hidrômetro a ser substituído,

instalação de novo hidrômetro e devolução do hidrômetro retirado ao almoxarifado;

- b) movimentação das equipes e transporte das peças, aparelhos e equipamentos;
- c) verificação e preenchimento das Ordens de Serviços, Relatórios e boletins;
- d) fornecimento e troca da bucha de registro;
- e) verificação de by-pass;
- f) verificação de funcionamento do novo hidrômetro instalado;
- g) teste e correções de vazamentos no padrão.

5.12. Na Tabela 4, que representa a composição de custo unitário do serviço de substituição de hidrômetro, tem-se a inclusão dos itens 1.5 e 1.6, não constantes na lista de orçamentação da COPASA transcrita no item 5.11.

6. MEDIÇÕES E PAGAMENTOS

6.1. MEDIÇÕES

6.1.1. As medições serão elaboradas mensalmente pelo gestor/fiscal do contrato designado pela CESAMA, e deter-se-ão sobre os serviços executados no período correspondente ao dia 1º a 30 ou 31 de cada mês, para fins de registro contábil e pagamento, ou em outro período determinado pela fiscalização da CESAMA.

6.1.2. As medições somente serão efetuadas se ocorrerem serviços no período supramencionado.

6.1.3. As medições poderão ser efetivadas até 10 (dez) dias do mês subsequente ao período considerado no 6.1.1, data limite para emissão pela CESAMA da ordem de faturamento.

6.1.4. Os trabalhos referentes às atividades de planejamento, programação, controle, gerenciamento e administração dos serviços, serão obrigatoriamente realizados pela Contratada, obedecendo aos respectivos prazos de atendimento/execução e seus custos estão incluídos nos preços unitários dos serviços e bases operacionais.

6.2. PAGAMENTOS

6.2.1. A CESAMA efetuará os pagamentos relativos aos compromissos assumidos, através de medições mensais, 30 (trinta) dias após a execução dos serviços, com a apresentação e aceitação da Nota Fiscal pelo departamento competente da CESAMA.

6.2.2. Caso o vencimento ocorra no sábado, domingo, feriado ou ponto facultativo para a CESAMA, o pagamento será realizado no primeiro dia subsequente.

6.2.3. O pagamento será efetuado através de depósito em conta bancária ou via TED (transferência eletrônica disponível), cujas tarifas extras correrão por conta da Contratada.

6.2.4. A Nota Fiscal Eletrônica – NF-e – deverá ser enviada para os e-mails nfe@cesama.com.br, demc@cesama.com.br, foalmeida@cesama.com.br e hpizzo@cesama.com.br.

6.2.5. O pagamento só poderá ser realizado em nome da Contratada e os boletos não poderão, em hipótese nenhuma, ser pagos em nome de outro beneficiário.

6.2.6. Deverá constar na descrição da Nota Fiscal / Fatura o número da licitação e número do Contrato encaminhado pela CESAMA.

6.2.7. O pagamento **SOMENTE** será efetuado:

- a) Após a aceitação da Nota Fiscal / Fatura.
- b) Após o recolhimento pela adjudicatária de quaisquer multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplemento contratual.
- c) Após o cumprimento do disposto no item 6.2.8.

6.2.8. Para efetivação do pagamento, a Contratada deverá:

- a) Elaborar Folha de Pagamento contendo nome do empregado, número da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, data de admissão e salário pago relativo aos empregados designados para a prestação do serviço;
- b) Apresentar cópia do contra cheque assinado pelo empregado ou comprovante do depósito de pagamento, e folha de ponto de cada empregado;
 - b.1) Terá força de contra cheque o comprovante de depósito em conta bancária, aberta para esse fim em nome de cada empregado, com o consentimento deste, em estabelecimento de crédito próximo ao local de trabalho, conforme disposto no art. 464, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);
- c) Apresentar junto com a Nota Fiscal / Fatura a RE (Relação de Empregados) constantes do Arquivo SEFIP (Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social), para comprovar o recolhimento devido;
- d) Anexar à Nota Fiscal / Fatura cópia da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – (GFIP) e da Guia da Previdência Social – (GPS), relativas aos empregados designados para trabalhar no serviço, objeto desta licitação;
- e) Anexar à Nota Fiscal / Fatura as certidões atualizadas de regularidade junto ao INSS, ao FGTS e a Justiça do Trabalho.

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama

Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro

CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692- 9439

Missão - Planejar e executar a prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, no atendimento à universalização, à sustentabilidade econômica, social e ambiental.

6.2.9. Todos os valores apresentados deverão estar de acordo com o salário mínimo da classe a que pertencer os empregados, sem o qual a CESAMA ficará inibida da quitação da Nota Fiscal / Fatura.

6.2.10. Na Nota Fiscal / Fatura deverão ser anexadas as certidões atualizadas de regularidade junto ao INSS, ao FGTS e à Justiça do Trabalho.

6.2.11. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

6.2.12. O CNPJ da Contratada constante da Nota Fiscal / Fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo.

6.2.13. Será utilizado o IPCA como índice para reajuste de preços nos contratos da CESAMA, quando couber, e o marco inicial para concessão do reajuste será a data base do orçamento.

6.2.13.1. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo a última repactuação. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.2.14. Na hipótese de ocorrer atraso no pagamento da Nota Fiscal / Fatura por responsabilidade da CESAMA, esta se compromete a aplicar, conforme legislação em vigor, juros de mora sobre o valor devido “*pro rata*” entre a data do vencimento e o efetivo pagamento.

6.2.15. A Contratada não poderá ceder ou dar em garantia, em qualquer hipótese, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos do Contrato.

6.2.16. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

6.2.17. A antecipação de pagamento só poderá ocorrer caso o serviço tenha sido entregue.

6.2.18. A CESAMA poderá realizar o pagamento antes do prazo definido no item 6.2.1, através de solicitação expressa da Contratada, que será analisada pela Gerência Financeira e Contábil, de acordo com as condições financeiras da CESAMA. Havendo a antecipação do pagamento, o mesmo sofrerá um desconto financeiro, e o índice a ser utilizado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acrescido de 1% (um por cento) “*pro rata*”.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Executar o Contrato fielmente, conforme definido no Termo de Referência e seus anexos.

7.2. Arcar com todos os custos e encargos resultantes da execução do objeto do presente contrato, inclusive impostos, taxas, emolumentos incidentes sobre a prestação do serviço, e tudo que for necessário para a fiel execução dos serviços contratados

7.3. Atender às determinações da fiscalização da CESAMA e providenciar a imediata correção, quando esta for solicitada.

7.4. Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, substituindo, imediatamente, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem ao Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão do Contrato.

7.5. Cumprir os prazos previstos no Termo de Referência ou outros que venham a ser fixados pela CESAMA.

7.6. Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do Contrato, durante toda a sua vigência, a pedido da CESAMA.

7.7. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato.

7.8. Providenciar, imediatamente, a correção das deficiências apontadas pela CESAMA com respeito à execução do serviço.

7.9. Executar o objeto do presente Termo de Referência nas condições e prazos estabelecidos, seguindo ordens e orientações da CESAMA.

7.10. Encaminhar antes do início dos serviços ao DEST - Departamento de Saúde e Segurança no Trabalho da CESAMA (smt@cesama.com.br), no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, os documentos abaixo relacionados, sem os quais, não será emitida a Ordem de Serviço:

- a) PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos;
- b) PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- c) PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e PCMAT- Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho da Indústria da Construção, conforme legislação;
- d) Cópia de Fichas de EPI dos funcionários, devidamente assinadas;

- e) ASO – Atestado de Saúde Ocupacional de todos os funcionários (admissional, periódico e demissional, conforme o caso);
- f) Apresentar o nome e telefone para contato do responsável pela Segurança e Medicina do Trabalho da Contratada, antes da emissão de Ordem de Serviço;

7.11. Havendo alteração na equipe de trabalho que atuará na execução do objeto do Contrato, a Contratada fica obrigada a apresentar à CESAMA os documentos relacionados no item 7.10, referentes ao empregado admitido e que irá compor a equipe de trabalho.

7.12. Atender as normas e procedimentos vigentes, e/ou fornecidos pela CESAMA, observando sempre as versões atualizadas.

7.13. Fornecer todos os materiais e insumos necessários à execução dos serviços, os quais já possuem seus custos previstos nos preços unitários dos serviços.

7.14. Cumprir integralmente o disposto na Lei 6.514/77 e Portaria 3.214/78 e demais normas vigentes do Município, Estado e Federação com relação à Segurança e Medicina do Trabalho, fornecendo a seus empregados, número suficientes de uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's) e de Sinalização.

7.15. A cada renovação contratual, fica a Contratada obrigada a rerepresentar a documentação relacionada no item 7.10.

7.16. A Contratada reparará, às expensas próprias, qualquer dano causado a terceiros durante os serviços, deixando todas as características de imóveis, passeios, e outros, nas mesmas condições anteriores ao dano.

7.17.A Contratada deverá disponibilizar um Tablet por funcionário, para os serviços de substituição, conforme especificação no item 4.3. Os custos deverão estar diluídos nos custos indiretos previstos no BDI, não sendo considerados à parte.

7.18. Os Tablets devem ter as seguintes configurações mínimas:

Processador: Quad-Core 2,5 Ghz

Tamanho Tela: 8" 1920x1200

Resolução Câmera Traseira: 13 MP

Memória RAM: 4 Gb

Armazenamento Interno: 64 Gb

Compatível com chip: Micro-SIM

Rede 2G, 3G e 4G

Chip de dados 4G, com pacote de dados de no mínimo 5GB mensal

Serviço de localização: GPS, Glonass

Sistema: Android 8 ou superior

Bateria: 4000 mAh

Deve possuir caneta para utilização em Tablet como acessório.

7.19.A Contratada deverá designar, no mínimo, 01 funcionário para treinamento no sistema apresentado pela CESAMA, referente ao uso dos Tablets, sendo multiplicador desse conhecimento no âmbito da Contratada.

7.20. ORIENTAÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO

7.20.1. A CONTRATADA será responsável pela substituição dos profissionais contratados caso estes não atendam às necessidades da CESAMA ou apresentem atitudes incompatíveis em sua postura profissional.

- 7.20.2. Cumprir e fazer seus funcionários cumprirem todas as normas de segurança e medicina do trabalho;
- 7.20.3. Instruir seus empregados, usando treinamentos admissionais e periódicos além de outros meios, quanto às precauções a tomar para evitar acidentes do trabalho, doenças ocupacionais e fadiga;
- 7.20.4. Não permitir que seus funcionários trajam roupas inadequadas à realização do serviço ou sem equipamentos de proteção individual;
- 7.20.5. Constituir e manter a CIPA (ou designado) ou Comissão Provisória de Prevenção de Acidente e o SESMT obedecendo a normas específicas;
- 7.20.6. Fornecer todos os equipamentos de proteção necessários (priorizando os coletivos ante os individuais) e treinar os trabalhadores sobre o uso e limitações;
- 7.20.7. Realizar os exames médicos previstos em lei com a devida periodicidade;
- 7.20.8. Comunicar formalmente à Segurança e Medicina do Trabalho da CESAMA acidentes e doenças relacionadas ao trabalho com as devidas providências tomadas para correção das causas;
- 7.20.9. Comunicar oficialmente a Cesama a ocorrência de incidentes (quase acidentes potenciais, acidentes com danos materiais etc).
- 7.20.10. Manter equipamentos de trabalho adequados e com manutenção realizada operados por trabalhadores treinados em seu uso;

- 7.20.11. Informar à CESAMA se aplicável os produtos químicos utilizados no processo mantendo cópias das FISPQ nos locais de trabalho para consultas pela CESAMA;
- 7.20.12. Manter os rótulos dos produtos utilizados afixados em seus recipientes, assim como gerar orientação formal sobre condições seguras de armazenamento (reações químicas, inflamabilidade, quedas, etc.);
- 7.20.13. Realizar o pagamento de adicional de insalubridade pelo local de execução e/ou pelas atividades propriamente ditas;
- 7.20.14. Cumprir a legislação de segurança em instalações e serviços em eletricidade - NR-10, não permitir a realização de atividades que envolvam risco elétrico por pessoa não autorizada; (quando aplicável);
- 7.20.15. Cumprir legislação aplicável a NR 24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho.
- 7.20.16. Cumprir a legislação de trabalho em espaços confinados – NR 33 (quando aplicável);
- 7.20.17. Cumprir o proposto no PGR, PCMSO e demais programas destinados à manutenção da segurança e saúde dos trabalhadores;
- 7.20.18. Contatar o gestor do contrato e/ou o setor de Segurança e Medicina do Trabalho da CESAMA se houver alguma dúvida relativa ao cumprimento destas orientações.

- 7.20.19. Utilizar as áreas de vivência (inclusive refeitórios) da CESAMA, quando possível e viável, para seus funcionários ou manter permanentemente local adequado conforme legislação vigente, incluindo-se também a proteção contra intempéries;
- 7.20.20. Providenciar meios adequados para aquecimento das refeições, sendo proibido uso de fogareiros improvisados;
- 7.20.21. Fornecer água potável aos funcionários no local de trabalho em condições e quantidades adequadas ficando proibido o uso de copos coletivos;
- 7.20.22. Manter próximo ao local de trabalho instalações sanitária adequadas, inclusive com estrutura para higienização das mãos, etc.(quando necessário); Atentar para adequação de alojamentos conforme legislação vigente (quando necessário);
- 7.20.23. Atender às exigências das Normas de Segurança no que tange a rampas, plataformas de trabalho, escadas de acesso, andaimes, etc., assim como a movimentação de cargas;
- 7.20.24. Manter a área de trabalho organizada;
- 7.20.25. Transportar os trabalhadores em condições adequadas conforme legislação vigente usando Vans, cabines suplementares, etc.;
- 7.20.26. Promover a sinalização de segurança em vias públicas deve ser dirigido para alertar os motoristas, pedestres e em conformidade com as determinações do órgão competente;

- 7.20.27. Escavar obedecendo às normas vigentes (inclusive NBR 9061/85) garantindo estabilidade do talude, sinalização adequada, colocação de material retirado e meio de acesso/saída da escavação;
- 7.20.28. Atentar para destinação correta de resíduos sólidos e líquidos, conforme legislação específica;
- 7.20.29. Apresentar ao Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho:
- 7.20.30. Mensalmente relação de funcionários atualizada;
- 7.20.31. Relações de funcionários capacitados e autorizados a trabalharem com instalações elétricas, trabalho em altura, espaço confinado, ou outras atividades e equipamentos que necessitem de mão de obra específica;
- 7.20.32. Procedimentos de trabalho considerando a prevenção de exposição aos riscos de atividades rotineiras;
- 7.20.33. Análises preliminares de risco de execução de tarefas não rotineiras;
- 7.20.34. A empresa deverá fornecer uniformes com as informações destacadas “A serviço da Cesama” como também de forma destacada o “Logo” da empresa contratada.
- 7.20.35. Todos os veículos a serem utilizados no contrato deverão ser identificação com informações destacadas “A serviço da Cesama” como também de forma destacada o “Logo” da empresa contratada.

- 7.20.36. Todos os condutores de veículos e equipamentos móveis deverão ser habilitados (CNH) conforme classificação dos equipamentos.
- 7.20.37. Cada equipamento deverá ter sua capacidade de carga respeitada conforme legislação.
- 7.20.38. Para caminhões tipo caçamba que podem ser carregados de forma manual não poderá ter sua caçamba com altura superior a 2 m.
- 7.20.39. Ter um profissional Técnico de Segurança disponível para fiscalização e acompanhamento das atividades.
- 7.20.40. Fazer utilização adequada de ferramentas técnicas legais fornecidas pelo mercado ficando proibida a construção de ferramentas de forma improvisadas e na inexistência do modelo no mercado a mesma para ser construída deverá ter um projeto com todas as especificações técnicas.
- 7.20.41. Se fizer utilização de escadas portáteis construídas de madeira, essas não poderão ser pintadas.
- 7.20.42. Pranchões de madeira utilizados em andaime não poderão ser pintados e serem de madeira dura sem nós, excluindo madeiras como pinus, araucária etc.
- 7.20.43. Não se devem desconsiderar outras normas regulamentadoras e/ou legislações aplicáveis.
- 7.20.44. No termo funcionário devem-se entender trabalhadores próprios e/ou subcontratados.

8. OBRIGAÇÕES DA CESAMA

8.1. Emitir as solicitações de serviços através de Ordem de Serviço, após a assinatura do Contrato.

8.2. Efetuar todos os pagamentos devidos à Contratada, nas condições estabelecidas.

8.3. Fornecer as instruções necessárias à execução e efetuar todos os pagamentos devidos à Contratada, nas condições estabelecidas.

8.4. Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

8.5. Rejeitar todo e qualquer material ou serviço de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo de Referência.

8.6. Exigir o cumprimento de todos os itens deste Termo de Referência, segundo suas especificações e prazos.

8.7. A CESAMA não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela empresa Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da empresa Contratada e de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.8. Notificar a empresa Contratada de qualquer irregularidade constatada, por escrito, para que seja sanada sob pena de incorrer nas sanções previstas neste Termo de Referência.

8.9. Todas as requisições e notificações trocadas entre as partes devem ser feitas por escrito devidamente assinadas e protocoladas.

9. JULGAMENTO

9.1. O critério de julgamento será pelo MAIOR DESCONTO, representado pelo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO ÚNICO, que incidirá linearmente sobre a planilha de orçamento da CESAMA, desde que observadas as especificações e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

10. PENALIDADES

10.1. O descumprimento de quaisquer cláusulas estabelecidas neste Termo de Referência sujeitará à aplicação das sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CESAMA, conforme minuta padrão e informações das áreas pertinentes.

11. CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

11.1. O contrato obedecerá às disposições da Lei Federal nº13.303 de 30/06/2016 e alterações posteriores, bem como as disposições deste Termo de Referência e preceitos do direito privado, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão.

11.2. São partes integrantes do Contrato, independente de transcrição, o Aviso de Licitação, o Edital e seus anexos, o Termo de Referência e a proposta do licitante vencedor e seus anexos.

11.3. O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses contados a partir da emissão da Ordem de Serviço após a assinatura do contrato.

11.4. O prazo de execução do contrato é de 12 (doze) meses.

11.5. O regime de execução do Contrato será empreitada por preço unitário.

11.6. O contrato pode ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 05 (cinco) anos, de acordo com o art. 71 da Lei n.º 13.303/2016, por acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo, observada a oportunidade e vantajosidade.

11.7. Prorrogado o contrato conforme disposto no Artigo 71 da Lei 13.303/16, através da assinatura de Termo Aditivo ao Contrato, o preço do serviço contratado poderá ser reajustado para mais ou para menos, de acordo com o IPCA acumulado no período. O preço reajustado será praticado apenas para as medições dos serviços realizados e aceitos após o 12º (décimo segundo) mês contratual.

11.8. A Contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões no Contrato estabelecidos no art. 81, §1º da Lei Federal nº 13.303/16.

11.9. Conforme o art. 105, inciso X, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CESAMA, toda prorrogação de prazo será justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente da CESAMA para celebrar o Contrato.

11.10. Sempre que for necessário acrescentar ou reduzir os valores e/ou prazos contratuais, as modificações procedidas deverão fazer parte de aditamento a ser assinado pelas partes. Eventuais acréscimos nas quantidades do objeto da licitação, quando necessário, poderão ser admitidos desde que autorizados pela CESAMA, com base nos preços unitários contratados.

11.11. Para assinatura do Contrato a empresa deverá comprovar a regularidade de situação perante o INSS, o FGTS e a Justiça do Trabalho, através de certidões dentro do prazo de validade.

11.12. Para a efetiva contratação, o licitante vencedor deverá estar quite com a CESAMA, quando sediado ou domiciliado no município de Juiz de Fora/MG. Caso tenha algum débito, o mesmo deverá ser quitado para que o contrato possa ser assinado.

11.13. A empresa Contratada deverá iniciar a prestação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, no prazo de 15 (dias) dias, contados a partir da assinatura do Contrato e/ou da solicitação formal por parte da CESAMA, desde que cumprida a entrega da documentação prevista no item 7.10;

11.14. O licitante vencedor se obriga a assinar o Contrato em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do recebimento da notificação da CESAMA, respondendo pelos ônus dos tributos que incidam ou venham a incidir sobre o ato ou instrumento que o formalize conforme art. 60 do RILC.

11.15. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa do licitante vencedor e autorização da CESAMA.

11.16. Decorrido o prazo do item anterior e não comparecendo o licitante vencedor para a assinatura do Contrato, o mesmo será considerado como desistente.

11.17. Ocorrendo a hipótese descrita no item anterior, serão convocados, sucessivamente, para contratação os licitantes classificados imediatamente após o desistente, dentro dos prazos e nas mesmas condições do primeiro classificado, inclusive quanto ao preço oferecido, conforme art. 75 da Lei 13.303/2016 ou na impossibilidade de se aplicar o disposto no referido artigo a CESAMA deverá revogar a licitação.

11.18. É vedada a subcontratação de empresa ou consórcio.

11.19. Fica reservado à fiscalização o direito de solicitar da Contratada, a qualquer tempo, a documentação de pessoal (quadro de pessoal e carteiras de trabalho), de veículos (CRLVs), notas de aquisição de materiais e demais documentos inerentes à contratação, além daqueles mencionados neste Termo de Referência e seus anexos.

12. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1. No que se refere a inexecução e a rescisão do Contrato, aplica-se o disposto no Manual de Convênios e de Gestão e Fiscalização de Contratos, parte integrante do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CESAMA (RILC).

12.2. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.

12.3. Constituem motivo para rescisão do contrato os especificados no Manual de Convênios e de Gestão e Fiscalização de Contratos, parte integrante do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CESAMA (RILC).

12.4. A rescisão do contrato poderá ser:

- I. por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;
- II. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a CESAMA;
- III. judicial, nos termos da legislação.

12.5. A rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I do item acima, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

12.6. Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o item anterior será de 90 (noventa) dias.

12.7. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso da Contratada poderá ter ainda direito a:

- I. devolução da garantia;
- II. pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- III. pagamento do custo da desmobilização.

13. GARANTIA CONTRATUAL

13.1. Para assegurar a plena execução do objeto contratual será exigido a garantia contratual de 05% (cinco por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições nele estabelecidas.

14. RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1. Executado o Contrato ou as etapas do mesmo, o seu objeto deverá ser recebido:

- a) provisoriamente, pelo fiscal responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA; ou
- b) definitivamente, pelo fiscal e pelo Gestor do Contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contado do recebimento provisório.

c) parcialmente, relativo a etapas ou parcelas do objeto, definidas no contrato ou nos documentos que lhe integram, representando aceitação da execução da etapa ou parcela.

14.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança da do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e pelo Contrato.

15. EXIGÊNCIAS PARA PROPOSTA/HABILITAÇÃO

15.1. Para habilitação os seguintes documentos / comprovações serão exigidos:

- a) Comprovação de registro da empresa e do responsável técnico no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais) do Estado de origem. O visto do CREA/MG ou CRT/MG só será solicitado ao vencedor da licitação;
- b) Comprovação de aptidão para desempenho da empresa, feita através de atestado técnico operacional para serviços compatíveis com o objeto da licitação e especificação, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado. A comprovação se dá pelo atestado da parcela de maior relevância e valor significativo (PMRVS), neste termo representado pelo serviço de substituição de hidrômetros representado na Tabela 1 do item 5.4, podendo o atestado ser referente a qualquer quantitativo;
- c) Comprovação de aptidão para desempenho do responsável técnico, feita através de atestado de execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação e especificação, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais). A comprovação se dá por Atestado referente ao serviço de substituição de hidrômetros representado na Tabela 1 do item 5.4, representando a PMRVS, podendo o atestado ser referente a qualquer quantitativo.

- d) Prova que o responsável técnico faz parte do corpo técnico da empresa na data da apresentação dos documentos de Habilitação e de Proposta. Deverá ser comprovada esta condição como sócio, diretor, empregado, contratado ou através de declaração de contratação futura acompanhada da anuência do profissional;
- e) Atestado de Visita Técnica fornecido pela CESAMA, comprovando que a licitante solicitou e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação ou Declaração da empresa de que conhece as condições dos locais para a execução do objeto. A visita técnica poderá ser agendada com a chefia do Departamento de Medição e Cadastro Técnico, senhor Fábio de Oliveira Almeida, através do telefone (32) 3692-9439. Este atestado é justificado pela necessidade da empresa tomar conhecimento das condições de trabalho e da região de atuação da cidade de Juiz de Fora, dadas as particularidades inerentes de cada local de atuação. Assim, a empresa possuirá informações suficientes para realizar uma proposta exequível estando ciente de suas obrigações.

15.2.A obrigatoriedade de comprovação técnica condiz com o objeto de contratação, cuja natureza é de serviço de engenharia, visto que apenas um profissional habilitado poderá assumir responsabilidade técnica perante CREA ou CRT. Pode-se assim exigir qualidade e responsabilização por parte da CONTRATADA, em relação ao serviço prestado, protegendo-se o erário da CESAMA quanto à realização do serviço sem supervisão legalmente habilitada.

15.3.Antes do início das atividades, o profissional legalmente habilitado, pertencente ao corpo de funcionários da CONTRATADA, deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) perante o CREA ou CRT, respectivamente, válida durante toda a vigência das atividades que serão desempenhadas.

15.3.1. Em caso de renovação contratual, uma nova ART ou TRT deverá ser emitida pelo profissional responsável técnico, com validade para o período de extensão contratual.

15.4. EXIGÊNCIAS PARA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) A licitante deverá apresentar, no mínimo, um patrimônio líquido integralizado de 10% do valor estimado para utilização no período de 12 meses;

b) Comprovação de boa situação financeira apurada através dos índices:

Liquidez Corrente (LC), MAIOR OU IGUAL A 1,0 (um inteiro) calculado pela fórmula:

$LC = AC / PC$, sendo:

AC = Ativo circulante;

PC = Passivo Circulante;

c) Grau de Endividamento (GE), MENOR OU IGUAL A 0,60 (sessenta centésimos), calculado pela fórmula:

$GE = (PC + PNC) / AT$, sendo:

PC = Passivo Circulante;

PNC = Passivo Não Circulante; e

AT – Ativo Total.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A presente contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a CESAMA e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela Contratada para a execução do objeto contratual, sendo a Contratada a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

16.2. A CESAMA e a Contratada poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, nos termos do artigo 81, inciso VI, da Lei n. 13.303/16,

por novo pacto precedido de cálculo ou de demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

16.3. A CESAMA reserva para si o direito de não aceitar nem receber qualquer produto em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto no Manual de Convênios e de Gestão e Fiscalização de Contratos, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CESAMA (RILC), assim como aplicar o disposto no inciso VI do artigo 29 da Lei nº 13.303/16, sem prejuízo das sanções previstas.

16.4. Qualquer tolerância por parte da CESAMA, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela Contratada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a CESAMA exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

16.5. A Contratada, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou quaisquer encarregados, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, de forma direta ou indireta, à CESAMA, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se à CESAMA o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

16.6. A Contratada guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações ou documentos fornecidos pela CESAMA ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedadas todas ou quaisquer reproduções dos mesmos, durante a vigência do ajuste e mesmo após o seu término.

16.7. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela Contratada durante a execução do objeto contratual serão de exclusiva propriedade da CESAMA, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização da CESAMA, sob pena de responsabilização administrativa, civil ou criminal, nos termos da legislação.

16.8. A contratação será formalizada mediante celebração de contrato, nos termos do art. 98, do RILC.

16.9. Aplica-se à esta contratação a Lei Federal 13.303 de 30 de junho de 2016, e alterações posteriores, inclusive aos casos omissos, bem como a Lei nº 12.846 – Anticorrupção, a Política Anticorrupção, o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, o Código de Ética da CESAMA, e a legislação municipal civil e ambiental aplicáveis ao objeto da contratação como também, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018.

16.10. A CESAMA, constituída na forma de empresa pública, não é contribuinte do ICMS, observando, portanto, o regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS – SEFAZ/MG), em seu Anexo IX, Capítulo XXXVI, que dispõe:

Art. 304-A. Na hipótese de operação tendo como destinatário pessoa não contribuinte do imposto, a mercadoria poderá ser entregue neste Estado em local diverso do endereço do destinatário, desde que no campo “Informações complementares” da nota fiscal constem a expressão “Entrega por ordem do destinatário” e o endereço do local de entrega.

Fábio de Oliveira Almeida
Chefe Dpto. DEMC

Júlio Walter Sanábio Freesz
Gerente Técnico

Autorizado/Aprovado por:

Marcelo Mello do Amaral
Diretor de Desenvolvimento e Expansão